

ENTRE O CHÃO DE FÁBRICA E A SALA PRESIDENCIAL A PRIMEIRA COOPERATIVA INDUSTRIAL DO PARANÁ

Luara A. Stollmeier¹⁵⁵

Walmir Braga Junior¹⁵⁶

Débora Porcel¹⁵⁷

RESUMO

As relações que comportam os processos produtivos passaram por grandes modificações desde a década de oitenta - marcada pela reestruturação produtiva e fabril, integração no mercado de fornecedores chineses e, particularmente, a implantação do plano real. As reminiscências das estruturas anteriores se reconfiguraram em torno de um contexto marcado também por fatores internos de produção e administração, compondo novos modelos industriais que caracterizam alternativas capazes de enfrentar paradigmas clássicos do capital, entretanto, estabelecidos sob a mesma lógica de sua reprodução, como é o caso da Cooperbotões¹⁵⁸.

Palavras Chave: Cooperativismo. Capitalismo. Reestruturação Industrial.

O CAPITALISMO CONCORRENCIAL E O COOPERATIVISMO INDUSTRIAL

As transformações históricas ocorridas pela expansão capitalista, nos últimos decênios do século XX e início do XXI, culminaram em alterações para o universo do trabalho - e, em consequência disso, contribuíram na promoção de mudanças sociais, tal como dimensionaram novas formas de sociabilidade. No concernente a tais transformações, faz-se essencial citar o fenômeno da

155 Graduanda do curso de Ciências Sociais, da Universidade Federal do Paraná.

156 Graduando do curso de Ciências Sociais, da Universidade Federal do Paraná.

157 Co-autora. Graduanda do curso de Ciências Sociais, da Universidade Federal do Paraná.

158 O referencial empírico utilizado no presente artigo contempla uma entrevista informal realizada com o atual presidente da cooperativa, Sr. Renato Luiz Nunes; dados obtidos na dissertação de Domingues, *Empresa falida: resistência dos trabalhadores e autogestão a partir da criação de uma cooperativa* (2009); notícias publicadas no Jornal Gazeta do Povo entre os anos de 2000 e 2003, consultadas no banco de arquivos históricos da Cooperbotões.

globalização da produção e dos mercados, o qual desconcentrou atividades - estendendo a produção industrial para boa parte do globo terrestre (LIMA, 2007, p.06).

A ocorrência de tais acontecimentos corrobora a previsão de Karl Marx (2010) acerca das tendências de internacionalização do capital, isso em virtude do ineditismo quanto ao registro da tendência auto-expansiva do mesmo. Contemporaneamente, István Mészáros reconhece o valor da contribuição marxiana, tanto como salienta o elevado grau de maturação atingido pelo capital, denominando-o *sistema de capital global*. O filósofo húngaro define a este como “uma forma incontrolável de controle sociometabólico” (MÉSZÁROS, 2002, p. 96), acentuando que tal sistema resulta da divisão social que operou a subordinação estrutural do trabalho ao próprio capital. Com efeito, o sistema do capital, em virtude do seu elevado grau de desenvolvimento, acaba por extirpar todas as tentativas de interferências, mesmo as mais ínfimas, em seus parâmetros estruturais.

A razão principal por que este sistema forçosamente escapa a um significativo grau de controle humano é precisamente o fato de ter, ele próprio, surgido no curso da história como uma poderosa – na verdade, até o presente, de longe *a mais* poderosa – estrutura “*totalizadora*” de controle à qual tudo o mais, inclusive seres humanos, deve se ajustar, e assim provar sua “viabilidade produtiva”, ou perecer, caso não consiga se adaptar. (MÉSZÁROS, 2002. p.96).

Os processos de reestruturação produtiva Fordista e Toyotista refletem a mesma apreciação do autor. Porém, é importante frisar - o modelo Toyotista de produção passou a organizar-se dentro do sistema *just in time* e sob demanda, revolucionando os modos de produção em plena crise do sistema Fordista. Com a crise dos anos 70, que passou a se configurar em uma crise estrutural do próprio sistema capitalista, o modelo japonês era uma das únicas formas de produção adaptáveis à recessão econômica. Com uma nova forma de organização produtiva, agora por demanda, surgem novas formas de contratação da classe trabalhadora, que apesar de ter conquistado nos anos 50 e 60 importantes direitos trabalhistas, passa a ver os mesmos serem progressivamente flexibilizados em

acordo com a crise econômica. A partir dos anos 70, com a expansão do modelo japonês em nível mundial, são agravados os quadros de intensificação do trabalho, da reorganização sindical pelo modelo sindicato-empresa, das formas ampliadas de subcontratação e terceirização, que além de promoverem uma menor remuneração à classe trabalhadora, serviram como importante desmobilizador para as lutas dessa classe. Nesse ínterim, boa parte dos quadros profissionais de base passou a ocorrer sob a condição de contratos temporários - inúmeros, inclusive, sem filiação sindical (GOUNET, 1999. p. 9). A coerção social causada pelo desemprego estrutural - advindo da diminuição progressiva de trabalhadores dentro das fábricas - contribuiu no interior desse quadro histórico para uma forçada adaptação da classe trabalhadora a essas novas condições de trabalho.

No âmago desse complexo presente histórico, marcado pelo agravamento da crise ocorrida no universo do trabalho, tanto no plano mundial como nacional, houve o surgimento de diversas cooperativas industriais de trabalhadores em resposta a tal panorama. Tais alternativas ao emprego foram gestadas, por exemplo, em propriedades produtivas que por dificuldades de várias ordens – sobretudo advindas de fatores sistêmicos, mas também de outros, singulares – não conseguiram adequar-se às novas demandas do mercado, entrando em processo de falência. Desse modo, as mudanças no mundo do trabalho dos anos de 80 e 90 ocasionaram reengenharias nas fábricas e no setor produtivo, levando ao surgimento de inúmeras cooperativas de trabalhadores que assumiram espólios falidos (GOHN, 2010).

No concernente a tais casos, tem-se que alguns deles se fazem exemplares devido a toda a gama de experiências que incorporam e ilustram as dimensões política, econômica, histórica e social desse período e as mudanças sinalizadas pelo mesmo. Um desses casos se revela no contexto do estado do Paraná, com o surgimento da primeira experiência cooperativa industrial em seu território, a Cooperbotões.

O NASCIMENTO DA PRIMEIRA COOPERATIVA INDUSTRIAL DO PARANÁ

A fábrica de botões Diamantina Fossanese já existia na cidade de São Paulo antes de ser instalada em Curitiba em 1975, atraída por incentivos promovidos pelo governo paranaense, sendo um dos primeiros empreendimentos estabelecidos na Cidade Industrial de Curitiba. Na época, contava com aproximadamente 400 funcionários, entre eles 42 vindos de São Paulo com a mudança. Em seu apogeu, no início dos anos de 1980, a Diamantina Fossanese tornou-se detentora de cerca de 90% do mercado brasileiro de botões, inovando nacionalmente com a implantação da tecnologia do poliéster na produção, além de lograr a marca de ser a terceira maior fábrica do mundo no segmento.¹⁵⁹

Fundada por Giovanni Olivero e sob sua direção, a fábrica contava com um patrimônio de 20 milhões de dólares em 1983. Segundo Renato Luiz Nunes, seu atual presidente, ela passou por duas grandes crises, a primeira no fim daquela mesma década, quando precisou enfrentar o orçamento chinês para botões de poliéster, não conseguindo reduzir seu preço final à metade. A segunda foi em meados de 2000, ocasião em que passou por inúmeros problemas administrativos, decorridos após o falecimento do seu fundador, em meio à gestão de sua herança, por parte de sua única filha.

Em 2003, com a ameaça de falência e salários atrasados, quase 200 funcionários ocuparam a fábrica por três meses, orientados pela Unisol e pela Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS/CUT). Apenas em 09 de agosto de 2004 foi decretada falência da empresa e início do processo de arrendamento da unidade de produção pelos fundadores da Cooperbotões. Nesse período as dívidas eram estimadas em 38 milhões. Em maio de 2006 foi pedida a reintegração de posse da fábrica, na ocasião ocupada novamente para evitar que dela se retirassem as máquinas, no entanto, a liminar foi suspensa na metade do mesmo mês.

159 Dados revelados através de jornais coligidos e disponíveis no arquivo da cooperativa.

Considerando que os funcionários já estavam com seus salários em atraso há três meses, parecia complicado insistir num processo de produção que ao mesmo tempo em que dividia o excedente, subtraía igualmente os prejuízos. Por seis meses puderam receber o salário desemprego, enquanto era impossibilitada qualquer retirada da cooperativa. A estimativa de funcionários durante a ocupação, segundo relatos, é de 200, enquanto que na criação da cooperativa o número já havia se reduzido a 100 (DOMINGUES, 2009, p. 64) e, quando realizadas as entrevistas da pesquisa ¹⁶⁰, se contava 51 cooperados e 71 trabalhadores contratados.

Durante a entrevista informal realizada com o atual presidente, destacou-se a opinião de que a falência da Nova Diamantina Fossanese aconteceu devido à má administração. Entretanto, faz-se necessário pensar na interdependência de fatores que puderam influenciar tal evento, como as tensões ocorridas no próprio mercado, com a internacionalização e ainda a já citada concorrência chinesa que também havia gerado turbulências em diversos outros ramos industriais. Se tangenciar-se o caso à quantidade de empreendimentos com história semelhante à fábrica no referido período, vê-se que seu problema está longe de se resumir a apenas um fator interno. Pode-se ainda acrescer a questão das dificuldades de inovação tecnológica; os onerosos custos concernentes a direitos trabalhistas; a anterior política promovida através do plano real nos anos de 1990, aproximando ou igualando o mesmo ao preço do dólar, o que favoreceu as importações, incentivando a estruturação de novos empreendimentos nacionais em frações de mercado anteriormente dominadas – como fora o de botões –, acirrando a concorrência não apenas em relação à oferta estrangeira.

Segundo Lima (2007), a reestruturação industrial culminou no fechamento de fábricas vitimizadas pela obsolescência tecnológica, pela incapacidade competitiva e, inclusive, de gestão que em alguns casos resultou em cooperativas, empresas autogestionárias ou co-gestionárias. Esse processo pode acontecer de diferentes formas, dentre elas pode ocorrer que os trabalhadores ocupem a fábrica e se

¹⁶⁰ Nos referimos à dissertação de Domingues (2009).

organizem para transformá-la em cooperativa com o apoio de sindicatos, ONGs e do Estado.

A Cooperbotões se inseriu na Economia Solidária. O contexto de surgimento desta no Brasil ocorreu em meados da década de 90, por ocasião da implantação das políticas neoliberais, como resposta dos trabalhadores às novas formas de exclusão social ocasionadas pelo capitalismo. Via de regra, as experiências no Brasil contaram com o apoio dos sindicatos que orientavam os trabalhadores a não abandonarem seus postos de trabalho ou abrirem mão dos seus direitos trabalhistas. Por outro lado, às fabricas recuperadas não contavam com o financiamento ou apoio do Estado, o que aliado ao conhecimento administrativo, em geral mostrava-se fundamental para sucesso das fabricas recuperadas (MANETTI, 2005).

Deve-se destacar a participação da Agencia de Desenvolvimento Solidário – ADS, da CUT e da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da UFPR – ITCP na participação da transformação da antiga Diamantina em Cooperbotões. No cenário nacional destacam-se varias iniciativas de mesmo conteúdo, tanto no que diz respeito a empresas recuperadas como iniciativas sindicais, sociais e governamentais. A ITCP é um programa de extensão da UFPR que junto com universidades de todo Brasil compõe a Rede de Unitrabalho – Fundação Universitária de Estudos e Pesquisas Sobre o Trabalho, cujo objetivo é assessorar projetos de lutas por melhores condições de vida e trabalho buscando sintetizar teoria e prática para qualificar os trabalhadores.

É importante destacar que a ITCP/UFPR e ADS/CUT foram as duas instituições nomeadas pelo Ministério Público como responsáveis pelo acompanhamento do processo litigioso junto ao Ministério do Trabalho na ocasião da transformação da empresa em cooperativa. O suporte de ambas se deu no sentido da realização de palestra sobre cooperativismo e como forma de formação política e organizacional para os cooperados.

A definição do tipo de cooperativa que é a Cooperbotões é de *empreendimento de propriedade coletiva*, que possui uma organização de

autogestão dos trabalhadores inseridos em um processo de recuperação do saber produtivo que busca beneficiar economicamente e igualmente a todos os cooperados. Isso não torna inevitáveis os conflitos e as contradições inerentes às demandas capitalistas de produção, tanto internas como externas - partindo também dos fornecedores e dos compradores.

AS RELAÇÕES E DIVISÕES DE PODER, O TRABALHO E O CAPITAL

As relações de poder ganharam nova dimensão com a formação da cooperativa, ao passo que o interesse pela produção passou a ser central para os trabalhadores, pois da mesma dependia tanto a existência não só do trabalho como da retirada, ou seja, dos rendimentos auferidos.

Pautados no Estatuto e no Regimento Interno da Cooperativa, os cooperados vivem uma democracia indireta (SINGER, 2004): existem instâncias representativas subordinadas à Assembléia Geral. Através do regimento interno estabelecido por esta, foi promulgada a manutenção das diferenças de rendimentos em virtude da separação entre trabalho intelectual e manual, porém com asseguradas restrições: a faixa máxima do primeiro não podendo exceder mais de cinco vezes à faixa mínima do último. Com o passar dos anos, em 2009, via-se como a média dos rendimentos dos trabalhadores que viveram a transição aqui referenciada havia aumentado (DOMINGUES, 2009, p. 101). A média salarial antes do falecimento da Nova Diamantina Fossanese era de um salário mínimo; malgrado na fase ulterior, de recuperação da fábrica, os cooperados não tivessem o direito à retirada, os valores registrados em 2009 faziam essa média ascender a dois salários, chegando – apesar da restrição do maior rendimento não poder exceder ao menor rendimento em cinco vezes – no máximo a quatro salários mínimos.

Segundo Elias (1999), o poder é inerente a todas as relações humanas, tendo de ser considerado não como um conceito estático e de substância, mas sim como um conceito de relação. Se na Diamantina havia uma hierarquia com

muitos chefes, gerentes e um elevado grau de cobrança, conforme atestam os depoimentos dos antigos funcionários¹⁶¹ – na Cooperbotões se deu uma redução no número de chefes, cada setor possuía um líder e havia um gerente para toda a fábrica. Todavia, a paridade de poder assegurada via assembléia não impede à desigualdade correspondente à capacidade de influência política e administrativa de alguns cooperados, e não prescinde em absoluto a formação de hierarquias em seu interior. Por outro lado, a experiência relatada sinalizou que um maior nível de igualdade na condição estabelecida pode assegurar um mais efetivo diálogo, abrir brechas a questionamentos e instaurar um maior grau de fiscalização, tal como a possibilidade de fazer valer o mesmo.

Desde que os cooperados passaram a viver a experiência da autogestão, houve três diferentes presidentes – sendo as duas primeiras presidências acusadas e afastadas por irregularidade administrativa, desvio de dinheiro ou mau uso de recursos. O cargo foi assumido primeiramente por um torneiro mecânico; sucedido pelo porteiro e, enfim, ocupado pelo desenhista Renato, atualmente em sua segunda gestão. O mesmo relatou a instabilidade decorrida no início do seu primeiro mandato, em virtude do anseio de alguns cooperados em ascender à posição que ele havia galgado.

Um dos episódios emblemáticos dentro do histórico da cooperativa é relatado por seu atual presidente e se deu em virtude da instalação do relógio-ponto. Tal evento gerou controvérsias por parte dos cooperados, porém foi motivado devido aos constantes atrasos percebidos. De acordo com Holzmann (2001, p. 64), os horários que marcam o início da jornada de trabalho são o primeiro embate cotidiano do trabalhador com o poder do capital, personificado através do relógio-ponto, renovando-se ao longo da jornada de trabalho através das pressões para o cumprimento dos tempos-padrões.¹⁶²

161 Referimo-nos às entrevistas presentes na dissertação de Domingues (2009).

162 Na experiência analisada por Holzmann - qual seja a das cooperativas industriais organizadas pelos empregados da indústria Wallug, em Porto Alegre -, a mesma questão foi levantada, igualmente gerando divergências em seu interior.

Apesar do caráter igualitário configurado pela Cooperativa, no aspecto estrutural e prático ela é altamente hierarquizada e possui também métodos de controle racional, por sua necessidade organizacional como unidade de produção.

Entre as condições adversas do início da cooperativa, estavam às dificuldades de negociação com fornecedores e clientes, bem como a rápida adaptação às funções - do chão de fábrica ao administrativo -, exigida aos cooperados (que contaram com o apoio dos cooperados da UNIFORJA). Ainda se tratando da produção de um objeto que precisa passar por etapas não tão extensas no seu feitiço, não havia o conhecimento por parte dos funcionários de todo o processo de produção. O que se sabia era setorial, e na mudança abrupta de funções o trabalho precisou ser reorganizado, esclarecendo sua ordem no que envolve diferentes setores, estabelecendo hierarquias setoriais e diálogos entre a administração e o chão de fábrica de maneira mais ou menos direta. As tomadas de decisão, entretanto, eram feitas com todos os cooperados para além da organização burocraticamente aconselhada: não apenas em Assembléias Ordinárias e Extraordinárias, mas em reuniões semanais. Todas as reuniões possuem atas.

De acordo com Domingues, na organização do trabalho na cooperativa houve a criação de “um modelo próprio, introduzindo as práticas do cooperativismo, com o modelo Taylorismo/Fordismo e com a produção flexível, fazendo assim a organização de trabalho da Cooperbotões ser um modelo único.” (2009, p. 104 e p. 105)

O caráter paradoxal em tal adesão tem de ser compreendido à luz do próprio contexto de onde erigiu a cooperativa: à conformação ao modelo flexível deve seguir a constatação da necessidade orgânica que se tornou a adequação ao próprio sistema flexível, em virtude do elevado e coercivo grau de competição, o que atesta as sentenças de Mészáros acerca tanto da dimensão totalizadora do capital, como da inequívoca subordinação do trabalho ao mesmo. Sem sombra de dúvida, através das tensões relatadas pode-se entrever como a responsabilidade pela produção permeava as relações estabelecidas no interior da cooperativa,

gerando episódios como o relatado sobre o relógio-ponto e as expulsões dos próprios cooperados. Entrementes, aliada a constatação acima, deve-se salvaguardar a hipótese de que a paridade de poder, tal como a característica constituição de cooperativa, poderia também “afrouxar” a coerção necessária à produção em um panorama extremamente competitivo.

Durante a nossa pesquisa de campo, no início do ano de 2013, fomos informados da existência de 18 funcionários, entre os quais apenas 12 são cooperados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência da Cooperbotões mostra que para a compreensão do processo que abrange desde o seu nascimento até as fases atravessadas pela cooperativa, é necessário levar em conta tanto fatores sistêmicos, como específicos do caso. Através de ambos pode-se perceber a valia dos estudos sociológicos, ao passo que esses podem contemplar tanto a análise das relações estabelecidas entre os cooperados, como o eixo de interdependências, ou seja, as energias sociais a influir e permear essas relações.

No que tange as relações de poder, os episódios relatados consubstanciam um dinamismo vinculado às necessidades do lucro e da produção, os quais dão vida ao trabalho. Este, por sua vez, através da análise dessas relações, mostrou-se em absoluto subordinado ao capital, demonstrando sintonia com o típico cenário empresarial capitalista. No entanto, junto a isso se deve levar em conta a existência de fatores característicos do universo cooperativo, como a presença de assembléias com voto igualitário, a inclinação para o diálogo, a transparência, a ampla possibilidade de fiscalização, dentre outros.

REFERENCIAS

HOLZMANN, Lorena. **Operários Sem Patrão**. São Carlos: Editora da Universidade Federal de São Carlos, 2001.

GOUNET, Thomas. **Fordismo e Toyotismo na civilização do automóvel**. 1ª Edição. São Paulo: Boitempo, 1999.

ELIAS, Norbert. **Introdução à sociologia**. Lisboa: Edições 70, 1999.

DOMINGUES, Maria Luiza. **Empresa falida: resistência dos trabalhadores e autogestão a partir da criação de uma cooperativa**. 165.f. Dissertação (Mestrado em Tecnologia) - Programa de Pós-Graduação em Tecnologia da Universidade Tecnológica Federal do Paraná. 2009.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil Contemporâneo**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, Petrópolis, 2010.

LIMA, Jacob Carlos. **Ligações Perigosas: trabalho flexível e trabalho associado**. Cap. 4 (127 – 169). São paulo: Annablume, 2007.

MANETTI, Dione. **Autogestão e Economia Solidária: Apoio à recuperação de empresas pelos trabalhadores em Autogestão**. Brasília: Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério de Trabalho e Emprego. IPEA, 2005.

MARX. Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2010.

ANTEG - **Associação Nacional de Trabalhadores e Empresas de Autogestão**. Disponível em:<www.facesdobrasil.org.br> Acessado em: 16/03/2013.